



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 8261/2019
Tipo: Requerimento: 1078/2019
Área do Processo: Legislativa
Data e Hora: 16/07/2019 14:01:44
Procedência: Roberto Martins
Assunto: Juntada do documento em anexo.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA –
VEREADOR CLEBER FELIX**

Processo: 8261/2019
Tipo: Requerimento: 1078/2019
Área do Processo: Legislativa
Data e Hora: 16/07/2019 14:01:44
Procedência: Roberto Martins
Assunto: Juntada do documento em anexo.

O Vereador ROBERTO MARTINS vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **REQUERER a juntada do documento em anexo¹** ao Projeto de Lei n. 151/2019 (Processo n. 8.257/2019), de autoria dos Vereadores Cleber Felix, Mazinho dos Anjos, Neuza de Oliveira, Wanderson Marinho, Amaral e Sandro Parrini, nos termos do art. 231, inciso I do Regimento Interno desta Casa, pugnando, desde já, que o presente requerimento seja **imediatamente despachado**, conforme determina o mencionado dispositivo.

Termos em que pede e espera deferimento,

Palácio Attilio Vivacqua, 16 de Julho de 2019.



Roberto Martins

Vereador (PTB)

¹ NOTA TÉCNICA – LEI ANTIDISCRIMINAÇÃO DE VITÓRIA – LEI MUNICIPAL Nº 8.627, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014



CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
8.827	02	meidi

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

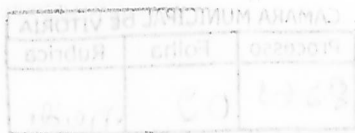
NOTA TÉCNICA – LEI ANTIDISCRIMINAÇÃO DE VITÓRIA – LEI MUNICIPAL Nº 8.627, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio dos Defensores Públicos que a presente subscrevem, vem apresentar Nota Técnica a respeito da Lei Municipal nº 8.827/14 e da sua regulamentação promovida pelo Decreto nº 17.775/19:

1. DA LEGALIDADE E DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI ANTIDISCRIMINAÇÃO DE VITÓRIA E DE SUA REGULAMENTAÇÃO:

A **Constituição Federal**, em seu art. 3º, estabelece que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “promover o bem de todos, **sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação**”.

Por sua vez, a **Constituição do Estado do Espírito Santo** não se omite em prever, em seu artigo 3º e respectivo parágrafo único, a plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos na Constituição Federal e demais tratados aos quais o Brasil é signatário. Para além disto, e muito oportunamente, o parágrafo único deste mesmo dispositivo **dispõe acerca da obrigatoriedade dos Municípios promoverem a regulamentação de normas na seara administrativa àqueles que incorrem na prática de atos discriminatórios:**



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 3º O Estado assegurará, pela lei e demais atos de seus órgãos e agentes, a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos mencionados na Constituição Federal e dela decorrentes, além dos constantes nos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte.

Parágrafo único. O Estado e os Municípios estabelecerão, por lei, sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a quem incorrer em qualquer tipo de discriminação, independentemente das sanções criminais. [grifo nosso]

Há que se reportar, em última instância, à própria Lei Orgânica do Município de Vitória, que possui disposições consoantes em seus artigos 5º e 6º, senão vejamos:

Art. 5º O Município assegurará, pela lei e demais atos de seus órgãos e agentes, a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos mencionados nas Constituições da República e do Estado e delas decorrentes, além dos constantes nos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte.

Art. 6º O Município estabelecerá por lei, sanções da natureza administrativa, econômica e financeira a quem incorrer em qualquer tipo de discriminação, independentemente das sanções criminais. [grifo nosso]

Portanto, a Lei Municipal nº 8.827/14 não só **atende aos requisitos de legalidade e de constitucionalidade**, como **decorre de uma obrigatoriedade prevista na Constituição Estadual Capixaba e na Lei Orgânica de Vitória**. A revogação da normativa colocará o Município de Vitória em mora, o que poderá ensejar o acionamento do Tribunal de Justiça do Espírito Santo por meio do controle de constitucionalidade por omissão.

Cabe frisar que não encontra respaldo no ordenamento jurídico o argumento de que somente a União poderia legislar sobre o assunto. **As sanções estabelecidas na citada legislação são de**



CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
8261	03	Meidl

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

caráter administrativo e não penal. Somente nesse segundo caso é que a Constituição Federal prevê a competência privativa da União para legislar.

2. DA ABRANGÊNCIA DA LEI E DA EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÕES ANÁLOGAS EM DIVERSAS CIDADES E ESTADOS DO PAÍS:

A Lei Municipal nº 8.827/14 e, conseqüentemente, a sua regulamentação promovida pelo Decreto nº 17.775/19, não se restringe à punição da discriminação lgbtfóbica, abarcando também diversos outros tipos de preconceito, conforme se verifica da redação do seu artigo 1º:

Art. 1º. A qualquer pessoa física ou jurídica que por seus agentes, empregados, dirigentes, propaganda ou qualquer outro meio, promoverem ou concorrerem para a **discriminação de pessoas em virtude de sua identidade e orientação sexual, bem como origem, raça, idade, sexo e cor**, serão aplicadas as **sanções previstas nesta Lei**, sem prejuízo de outras de natureza civil ou penal.

Vê-se, portanto, que revogar a lei ou sustar a sua regulamentação retirará a proteção de vários outros grupos sociais, além da população LGBTTI, tais como **as mulheres, os negros, os índios, os idosos, os estrangeiros**, dentre outros.

Vale destacar, ainda, que inúmeros outros municípios e estados do país possuem regulamentações congêneres. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2011, **setenta e nove municípios já possuíam legislações sobre o tema**¹. Por certo, hoje este número é bem maior. Uma rápida pesquisa demonstra a existência de muitas Leis Municipais e Estaduais análogas:

1 Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/13/pesquisa-do-ibge-aponta-que-apenas-79-cidades-tem-legislacao-contr-homofobia.htm>.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- **Município de São Paulo:** Lei Municipal nº 10.948/2001;
- **Município de Fortaleza:** Lei Municipal nº 8.211/98;
- **Município de Salvador:** Lei Municipal nº 5.275/97;
- **Município de Recife:** Lei Municipal nº 16.780/2002;
- **Município de Maceió:** Lei Municipal nº 4.667/97;
- **Município de Natal:** Lei Municipal nº 9.036/2007;
- **Distrito Federal:** Lei Distrital nº 2.615/2000;
- **Estado do Rio de Janeiro:** Lei Estadual nº 7.041/2015;
- **Estado do Amazonas:** Lei Estadual nº 3079/2006;
- **Estado do Maranhão:** Lei Estadual nº 8.444/2006;
- **Estado do Mato Grosso:** Lei Estadual nº 3.157/2005;
- **Estado de Minas Gerais:** Lei Estadual nº 14.170/2002;
- **Estado do Pará:** Lei Estadual nº 7.567/2011;
- **Estado da Paraíba:** Lei Estadual nº 7.309/2003;
- **Estado de Santa Catarina:** Lei Complementar nº 527/2010.

Portanto, a revogação da Lei Municipal nº 8.827/14 ou a sustação de sua regulamentação **fará a capital Vitória caminhar em sentido oposto ao de diversas outras capitais e estados da federação**, o que não se mostra desejável, **principalmente após o julgamento do Supremo Tribunal Federal na ADO nº 26 sobre a criminalização da lgbtfobia**.

3. DA GARANTIA DO DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA:

Finalmente, vale destacar que a lei e sua regulamentação não têm por objetivo limitar a liberdade de crença e de religião de qualquer pessoa ou instituição religiosa.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2263	04	Meide

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

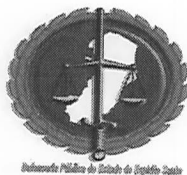
Quanto ao ponto, ainda que a discussão tenha sido travado no aspecto penal e não administrativo, como o que se refere a Lei Municipal ora em análise, vale destacar as palavras do Min. Celso de Melo no julgamento da ADO nº 26:

(...) cabe destacar a relevantíssima circunstância de que, no contexto de uma sociedade fundada em bases democráticas, torna-se imperioso reconhecer que temas de caráter teológico ou concepções de índole filosófica – que busquem atribuir densidade teórica a ideias propagadas pelos seguidores de qualquer fé religiosa – estão, necessariamente, fora do alcance do poder censório do Estado, sob pena de gravíssima frustração e aniquilação da liberdade constitucional de crença e de disseminação (sempre legítima) das mensagens inerentes às doutrinas confessionais em geral. (...)

Cabe reconhecer, em suma, desse modo, que os postulados da igualdade e da dignidade pessoal dos seres humanos constituem limitações externas à liberdade de expressão, que não pode, e não deve, ser exercida com o propósito subalterno de veicular práticas criminosas tendentes a fomentar e a estimular situações de intolerância e de ódio público.

Por esse motivo e para deixar claro o propósito de garantia de direitos da legislação em comento e de sua regulamentação, incluído nessa discussão a garantia do direito à liberdade de crença e de profissão de fé, o Município de Vitória fez constar expressamente no Decreto nº 17.775/19, o parágrafo único do art. 3º, *in verbis*:

Parágrafo Único: As sanções administrativas previstas na Lei nº 8.627/2014, e neste Decreto não alcançam nem restringem o exercício da liberdade religiosa, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Vê-se que a regulamentação seguiu os exatos termos do que decidiu o Supremo Tribunal Federal.

4. CONCLUSÃO:

Por tudo o quanto exposto, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por meio dos Defensores Público abaixo subscritos, vem apontar a **constitucionalidade, legalidade e necessidade da Lei Municipal nº 8.827/14**, sugerindo que ela não seja revogada e que eventual alteração da regulamentação visando garantir a máxima efetividade dos Direitos Humanos, inclusive o de liberdade religiosa, seja discutida com a municipalidade.

Vitória/ES, 16 de julho de 2019.

DOUGLAS ADMIRAL LOUZADA

Defensor Público – Coordenador da Comissão
de Diversidade Sexual da ANADEP

HUGO FERNANDES MATIAS

Defensor Público – Coordenador de Direitos Humanos da
Defensoria Pública do Espírito Santo

VICTOR OLIVEIRA RIBEIRO

Defensor Público – Membro do Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH)



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
8261	05	Neide

A SECRETARIA GERAL DA MESA
PARA PROVIDÊNCIAS
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

36107/2019


Neide Aparecida Rosa de Lima
Matricula: 7182
DDI
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em, 16 / 07 / 2019

DIRETOR

APROVADO
AO DAL P/ PROVIDENCIAR.
Em, 16 / 07 / 2019

Presidente da Câmara

o Pensamento